

É hora de negociação !

A evolução do ICMS do Estado tem propiciado condições muito favoráveis para uma negociação efetiva das reivindicações de professores, funcionários e estudantes. Há unanimidade que as atitudes do Cruesp são inaceitáveis: não receber estudantes; desconhecer a pauta apresentada pelo Fórum das Seis e os DCE's; recusar, sem justificativa, a aumentar o reajuste na data-base e não se dispor a estabelecer uma política salarial concreta.

Sem dúvida nenhuma, os 6% de reajuste que o Cruesp colocou sobre a mesa refletem, ainda, o forte movimento realizado pelas três universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza no ano passado. Os reitores preferem não se comprometer com uma política salarial concreta e trabalham com um percentual bai-

xo, mas que estimam ser capaz de manter os ânimos contidos.

No quadro ao lado estimamos a situação atual de sobra de caixa das universidades. Os números falam por si. Dos cerca de R\$ 70 milhões, necessários para pagar o reajuste de 6% até o fim do ano, cerca de 63 milhões já estão no caixa!

Fórum das Seis indica estado de greve

Face à crescente mobilização de professores e funcionários, com algumas assembleias votando por greve a partir do dia 12/6, o Fórum das Seis, no dia 7/6, deliberou:

- Indicar às Assembleias que entrem em *estado de greve*, aumentando a mobilização e discutindo providências efetivas de pressão;
- Oficiar ao Cruesp pedindo uma reunião de negociação em seguida à reunião da Comis-

Folha Abril (paga em Maio): 162,5 milhões
Despesa adicional mensal com 6%: 9,75 milhões
Até Dezembro: 70 milhões (aproximadamente 7x 9,75)

Excesso de arrecadação

	Realizado	Repartido*
Janeiro	1993	1967
Fevereiro	1640	1771
Março	2097	1784
Abril	2017	1870
Maió	2091	1870
Junho	**	1963
1882		

Diferença: 657 milhões (realizado - repartido)
Repasse para as Universidades: 62,9 milhões
 (sobra suficiente para pagar 90% da despesa anual adicional com os 6%)

*Orçamento oficial (23,397 bilhões) repartido proporcionalmente

são de Acompanhamento. Foi também solicitada cópia das fitas das reuniões anteriores e cópia do projeto de expansão de vagas apresentado pelos reitores ao governador;

• Rodada de Assembleias de categoria na semana de 18 de junho, para avaliar a disposição do Conselho de Reitores para negociação efetiva.

Posse da nova diretoria dia 22 de junho.

Veja o resultado das eleições na página 2

Negociação já!

O Cruesp agendou para 4ª feira, 13/6, em Campinas uma reunião da Comissão de Acompanhamento do ICMS. Reunido no dia 7/6, o Fórum das Seis enviou ofício ao Cruesp pedindo que esta reunião seja seguida por uma reunião de negociação com os reitores. Esta prática era comum até algum tempo atrás.

Além disso, a hora não é só de discussão técnica mas sim de negociações efetivas de política salarial!

Cruesp ausente

Por decisão da Assembleia da Adusp de 4/6, a diretoria enviou convite à reitoria da USP para participar de um debate, no dia 7/6, sobre a situação orçamentária das universidades e política salarial. A reitoria da USP respondeu pedindo que o convite fosse endereçado à presidência do Cruesp. Assim foi feito, no dia 5/6. Momentos antes do debate, recebemos fax do secretário do Cruesp informando a impossibilidade de enviar representante.

12 de junho,
Terça-feira

Ato na reitoria

12h, entrega da proposta de política salarial (com almoço e bebida)

Assembleia da Adusp

17h, no Inst. Oceanográfico

Programa da TV USP sobre o Provão não vai ao ar. O que aconteceu?

No dia 19 de abril, o plenário do Conselho de Graduação da USP discutiu e votou a questão da permanência da USP no Provão. Dos conselheiros presentes, 19 votaram a favor da saída do exame, e outros 18 declararam-se favoráveis à permanência. Houve ainda cinco abstenções. A Pró-Reitora de Graduação, Prof. Ada Pellegrini Grinover, votou uma vez empatando a disputa e mais uma (voto de minerva), de-

finindo o resultado, por 20 a 19, pela permanência da USP no Provão. Na ocasião, a Pró-Reitora reconheceu que o Conselho estava dividido sobre o tema e que ela se empenharia para que a questão fosse levada ao CO. Por outro lado, neste ano, pelo menos sete cursos da USP devem boicotar o exame do MEC.

No dia 4 de maio, foi gravado o Programa da TV USP “ $\Delta\pi$ ”, também sobre o Provão, que contou com a participa-

ção, entre os debatedores, do Prof. Ciro Teixeira Correia. O programa deveria ter ido ao ar no dia 4/6, às 9h, e em vários outros horários ao longo da semana. Quem ligou a televisão com a expectativa de assisti-lo, porém, se deparou com um debate sobre o consumo de álcool! Em lacônica mensagem, a Prof. Marília Franco, Diretora da TV USP, afirma que o programa não pode ser exibido por “razões técnicas”.

Quando um programa co-

mo o “ $\Delta\pi$ ”, gravado com um mês de antecedência, deixa de ir ao ar, é necessário que os motivos para tanto sejam detalhadamente explicados. Sem maiores esclarecimentos, fica a pergunta se houve ou não censura, uma vez que a maioria dos debatedores do programa faziam sérias críticas ao Provão e à participação da USP em particular.

Assim, esperamos resposta convincente para a pergunta: o que de fato ocorreu?!

Nova diretoria toma posse dia 22

Está prevista para o dia 22/6 a posse da nova diretoria da Adusp, eleita com 790 votos. Com quase 20% a mais do que nas últimas eleições, a presença dos associados nas eleições foi expressiva, tendo em vista as dificuldades naturais de mobilização em pleitos com chapa única.

Foram eleitos para o Conselho de Representantes, os seguintes colegas: Dilma de Melo Silva (T) e Jair Borin (S) - ECA; Cassia B. Soares (T) - EE; Marcílio de Almeida (T) e Walter F. Molina (S); Cesar Minto (T) e Rosângela Prieto (S); Elenice M. Varanda (T) e Elisabeth Spinelli de Oliveira (S) - (FFCLRP); Marcelo M. de Luca de O Ribeiro (S) e Catarina Abdalla Gomide (S) - FZEA; Paulo Yukio Sumida (T) e Thais Corbisier (S) - IO; Pedro Aladar Tonelli (S) - IME; Wilhelm Jose Baader (T) e Tibor Raboetzky (S) - IQ.

	Chapa	Branco	Nulos	Total
ECA	33	2	0	35
EE	44	0	0	44
EEFE	12	0	0	12
EERP	32	1	0	33
EP	38	3	1	42
ESALQ	11	0	0	11
FAU	33	1	0	34
FCF	12	1	0	13
FCFRP	15	1	1	17
FD	0	0	0	0
FE	44	4	1	49
FEA	11	0	1	12
FFCLRP	26	0	0	26
FFLCH	75	0	1	76
FM	19	2	0	21
FMRP	24	3	1	28
FMVZ	6	0	0	6
FO	3	0	0	3
FOB	12	0	0	12
FORP	13	2	0	15
FSP	28	1	1	30
FZEA	31	0	0	31
IAG	16	1	1	18
IB	26	1	0	27
ICB	33	1	0	34
IEE	2	1	0	3
IF	36	5	1	42
IGC	32	1	0	33
IME	58	3	1	62
IO	12	0	0	12
IP	21	0	0	21
IQ	5	1	0	6
MAE	8	0	0	8
MZ	0	0	0	0
S. Carlos	9	0	0	9
Sede	10	0	0	10
Total	790	35	10	835

CARTA

Trabalho punido pelo apagão

Prezados colegas!

No caráter de membro da Adusp, filiado a ela desde a sua fundação, e como professor da Universidade de São Paulo, dirijo-me ao sindicato de minha categoria, no intuito de solicitar a intervenção deste na situação que me aflige e que, parece-me, pode ser a de muitos colegas docentes da USP.

Trata-se da perspectiva de ter que economizar 20% da energia elétrica consumida em minha residência, imposta por recente medida provisória do Sr. Presidente da República, sob pena de ter cortado o fornecimento durante três dias e, na reincidência, seis dias.

Acontece que, como muitos outros colegas, utilizo o espaço de minha casa para boa parte do trabalho que desempenho na USP, como docente em RDIDP. Isso significa fornecer, além do espaço, a energia elétrica necessária, bem como a linha telefônica. Como posso provar, o consumo de eletricidade relativo à minha atividade como professor da USP em minha casa equivale a 18,87% do total, como mínimo.

Tudo isso acontece por-

que a USP não dispõe de espaço adequado onde esse trabalho possa ser por mim desenvolvido. A própria universidade reconhece isso, na medida em que instalou um computador de sua propriedade em minha residência, para que eu realizasse os trabalhos acadêmicos.

Por outro lado, estou imaginando o que poderá acontecer se for cortada a energia da minha casa por três ou por seis dias, sucessivamente. Não terei outra alternativa, a não ser suspender meu trabalho de pesquisa, o preparo de aulas, etc.

Entendo que muitos colegas docentes da USP estarão na mesma situação. Penso que a imprevidência do governo federal (para dizer o mínimo) coloca todos nós numa situação absurda, em que chegamos a ser punidos por trabalhar.

Assim sendo, julgo imperiosa a necessidade de que a Adusp intervenha no assunto para que os mínimos direitos dos professores da USP sejam preservados.

Cordialmente,

Prof. Dr. Mario M. González.
Professor Titular de Literatura Espanhola. DLM / FFLCH / USP

ICB faz prévias inéditas na eleição para diretor

Um fruto muito interessante, salutar e forte nasceu da greve de 2000 aqui no Instituto de Ciências Biomédicas. Ele está representado pelas Assembleias Unificadas em que participam alunos de pós-graduação, funcionários e docentes. As decisões tomadas no ano passado resultaram em uma mudança real na prática do Instituto: foram instituídos dois Fóruns anuais da comunidade do ICB que precederiam decisões da Congregação do Instituto.

O primeiro Fórum de 2001

decidiu uma mudança na forma de escolha do próximo diretor do ICB. Os candidatos deveriam vir a público, declarando como tais, para então participar de um debate aberto, coordenado pela Comissão de Cultura e Extensão, expandida pela presença de representantes de funcionários e alunos. Seguindo-se ao debate agendado, houve uma consulta prévia à comunidade, tendo sido distribuídas com antecedência as plataformas políticas dos três candidatos: Henrique Krieger, Luiz Ro-

Candidatos	Doc	Func	Pós	Total
Luiz R. G. Britto	46	92	80	218
Telma M. T. Zorn	35	69	36	140
Henrique Krieger	15	26	24	65

berto G. Britto e Telma Tenório Zorn.

A prévia, que aconteceu no mês de maio, apontou para a vitória do professor Luiz R. G. Britto, que foi o mais votado nas três categorias.

A votação oficial, realizada em três turnos, aconteceu no dia 7 de junho, e o Colégio Eleitoral do ICB confirmou o referendo ao primei-

ro colocado.

Agora, todos nós da comunidade do instituto aguardamos, com uma ansiedade saudável, que a resolução da Reitoria seja no sentido de referendar a escolha da comunidade.

Carla R. O. Carvalho
Representante do ICB
no Conselho de Representantes da Adusp

4º Congresso da USP

O 4º Congresso da USP encerrou-se no dia 26 de maio de 2001. O debate foi intenso e o número de propostas oriundas dos grupos temáticos foi muito grande.

O anseio da comunidade por uma universidade transparente e democrática ficou evidente ao ser aprovada por unanimidade, a proposta de eleições diretas e paritárias para reitor, diretores de uni-

dades e prefeitos dos campi. Além desta, muitas outras propostas indicam a insatisfação de professores, alunos e funcionários com a atual estrutura da USP.

A sessão de encerramento do 4º Congresso foi seguida de uma Plenária de Entidades que indicou à Adusp, Sintusp, DCE e APG que discutissem a realização do plebiscito que deverá ocorrer na USP, sobre os temas tra-

tados no Congresso. As entidades também deverão discutir um plano de lutas e escolher, em seus fóruns deliberativos, cinco representantes responsáveis por organizar e elaborar um jornal relatando as propostas apresentadas no Congresso.

A indicação dos cinco representantes da Adusp, bem como a discussão sobre o plebiscito, se dará em nossa Assembleia Geral.

Conselho Universitário e Câmara Federal discutem o tema das Fundações

O tema das Fundações Privadas na USP deve estar na pauta da próxima reunião do Conselho Universitário (CO), dia 26 de junho. Em princípio, deve ser discutida a possibilidade e pertinência da existência de tais instituições privadas no âmbito da universidade pública. A partir do posicionamento do CO com relação a esse ponto, podem ser discutidas outras questões referentes à regulamentação das Fundações ligadas à USP, como, por exemplo, a relação entre essas e os departamentos, unidades e a universidade. Não

deve escapar ao debate também a questão do RDIDP e das autorizações concedidas pela CERT para os docentes em regime de dedicação integral atuarem nas fundações e em outros trabalhos não previstos originalmente no RDIDP, como os de consultoria, por exemplo.

A discussão de tais temas nas unidades é fundamental para que a votação no CO reflita realmente os anseios da comunidade USP.

Câmara Federal

A proliferação das fundações privadas nas universidades públicas também será

tema de uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara Federal, aprovada a pedido do deputado Ivan Valente (PT-SP). A audiência, prevista para o começo do segundo semestre, irá discutir também a cobrança nos cursos de pós-graduação. Segundo a agência de notícias Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br), a proposta é reunir na audiência a secretária de ensino superior do MEC, Maria Helena Guimarães, e representantes dos professores universitários, dos dirigentes de instituições federais e da UnB.

Fim da lista tríplice? Quando?

Pelo atual estatuto da USP, o diretor e o vice das unidades são escolhidos, a cada quatro anos, pelo reitor, a partir de uma lista tríplice elaborada por um colégio eleitoral da unidade, constituído pela Congregação e Conselhos. O reitor tem, assim, durante seu mandato, a oportunidade de escolher todos os diretores e vices da Universidade.

Após quase dois anos, o Conselho Universitário não se pronunciou sobre a proposta aprovada pela Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME), em 19 de agosto de 1999 (ver *Informativo Adusp* 57 e 58), que indicava mudança estatutária com o fim da lista tríplice para escolha de diretor e vice-diretor das unidades.

Como é o reitor que faz a pauta do CO, fica sempre a dúvida se o assunto ainda não entrou em discussão porque ele tem medo de perder seu poder de escolha. Mas, é claro, em tempos de eleição para reitor, alguém pode dizer que tudo isso é, simplesmente, intriga da oposição...

A intransigência do Cruesp permanece apesar da situação financeira favorável

Temos demonstrado sistematicamente nos boletins e informativos da Adusp que os valores absolutos dos salários continuam insuficientes, quando confrontados com dados históricos (quem perdeu alguma edição, pode consultá-la no nosso site – www.adusp.org.br). Um Professor Doutor em dedicação integral, por exemplo, está com salário inicial de R\$3.864, muito abaixo daquilo que é pago por universidades privadas minimamente qualificadas (cerca de R\$7.500).

Contrariamente ao ano passado, a comissão técnica do Cruesp também concordou com nossas projeções sobre a arrecadação do ICMS, mas isso não redundou, até agora, em nenhuma mudança de atitude na mesa de negociação. Neste início de ano (até maio) a arrecadação já cresceu quase 20%, o que possibilitaria perfeitamente o atendimento de nossas reivindicações. A questão da crise energética, ao menos por enquanto, parece pouco relevante uma vez que boa parte deste crescimento reflete redução da sonegação (devido à possibilidade de quebra de sigilo bancário).

Querem apagar a política salarial

Na primeira reunião de negociação, no dia 18 de maio, o Fórum insistia em discutir toda a questão salarial: reajuste na data-base e política salarial. Está claro, para quem está interessado em negociação, que esta é a melhor tática para tratar o assunto. Entretanto, os reitores insistiam em só discutir o reajuste na data-base. Quando perguntados sobre a política salarial, o presidente do Cruesp respondeu que poderíamos ter algo como no ano passado.

Curiosamente, na reunião

seguinte, dia 1/6, a fórmula proposta pelo Fórum (ver quadro), análoga à do ano passado, já não prestava mais e foi desqualificada. A que se deve esta súbita mudança de posição? Essa atitude, de dizer uma coisa numa reunião e outra depois, é altamente desrespeitosa e não faz jus à responsabilidade do cargo de reitor e de presidente do Cruesp. Existiriam projetos, não declarados publicamente, que justificassem este tipo de atitude?

Expansão de vagas

O Fórum das Seis e os DCE's da USP, UNESP e UNICAMP entregaram pauta de reivindicação ao Cruesp que incluía, entre outros itens importantes, a questão da expansão das vagas nas universidades. É evidente que desejamos expandir vagas mantendo qualidade de ensino e atendimento aos estudantes. Seria, portanto, necessário, debater contratações de professores e funcionários e investimentos em infraestrutura. Os reitores recusaram-se terminantemente a discutir estas questões.

Todavia nos preocupa muito as negociações que os reitores estão conduzindo com o governo de São Paulo. O caderno de Campinas da Folha de São Paulo (4/6/01), ao lado de matéria que trata de nossa campanha salarial, anunciou que o Cruesp entregou ao governador uma proposta de expansão do ensino superior público. O reitor da Unesp também já havia comentado isso, cerca de um mês atrás, junto ao CO daquela universidade. Falou, então, que a USP seria

Política salarial proposta pelo Fórum das Seis

- Índice de reajuste em outubro/01 = máximo (p, infla)

com $\text{infla} = \text{inflação DIEESE de maio a setembro/01}$

$$p = \frac{A}{8,33 S_6} \times 80\%$$

sendo: $A = 0,0957 \times 0,85 \times [I_1 + \dots + I_6 + 2 \times (I_7 + I_8 + I_9) - 22,397]$;
 S_6 : massa salarial em junho/01.

- Índice de reajuste em janeiro/02: manutenção do poder aquisitivo com os 20% do Fundo de Reserva.

Obs.: A porcentagem de 80% que aparece na expressão de p, corresponde a um coeficiente de segurança. O termo I_n é o ICMS do mês n e as quantidades I_n , A, S_6 e 22,397 são dadas em bilhões de reais.

responsável por um campus na Zona Leste de São Paulo, a Unicamp por um em Paulínia e a Unesp por outro no Litoral.

A expansão das vagas não pode ser feita com qualidade se ficarmos limitados aos atuais níveis de recursos repassados às universidades. A proposta que apresentamos envolve o governo regularizar seus gastos com educação, transferindo a parcela correspondente à previdência, por fora dos 9,57% atualmente destinado às universidades estaduais paulistas. Isso representaria um acréscimo de recursos em torno de 20%.

Cuidado com a demagogia

O custeio da expansão de vagas com recursos que deveriam ser destinados à reposição de perdas salariais não contribui para o fortalecimento da universidade pública, pois não valoriza seu quadro de pessoal. Por outro

lado representam montantes muito aquém do necessário, caracterizando-se muito mais como ação demagógica e de efeito propagandístico para o governo do estado.

Os salários ainda estão muito baixos. Ao mesmo tempo aproxima-se o momento de definirmos o novo reitor para a universidade, governos de estado e presidente do país. Nestas horas o interesse público costumeiramente se vê açambarcado por interesses privados. É fundamental preservarmos a capacidade de luta que demonstramos no ano passado em tantos outros momentos, defendendo uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade. O instrumento mais forte que temos agora é a defesa da pauta unificada que apresentamos ao Cruesp, juntamente com estudantes e funcionários. Nossa mobilização não se esgotará neste mês e certamente terá que se estender pelo próximo semestre.

Política salarial já!